

**XVII Congresso Brasileiro de Sociologia**  
**20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)**

**GT35 - Trabalho, Sindicalismo e Ações Coletivas**

**Título**

Sindicalismo Brasileiro na encruzilhada? Fortalecimento da ação corporativa vs protagonismo social e político<sup>1</sup>

**Autores:**

**Hugo Dias** – Pesquisador do CES da Universidade de Coimbra e pós-doutorando no CESIT.

**Email:** hugo.rodrigues.dias@gmail.com

**José Dari Krein** – Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e pesquisador do CESIT.

**Email:** darik@unicamp.br

**TEXTO PRELIMINAR**

**NÃO CITAR SEM PERMISSÃO DOS AUTORES**

---

<sup>1</sup> Este texto faz parte do projeto temático nº 2012/20408-1: "Contradições do Trabalho no Brasil Atual. Formalização, precariedade, terceirização e regulação".

## **Resumo**

A presente comunicação pretende desenvolver um balanço preliminar sobre a situação atual do sindicalismo brasileiro, cuja atuação tem contribuído para a melhoria dos indicadores laborais, mas que se encontra na encruzilhada entre o avanço e fortalecimento da sua pauta corporativa e a necessidade de (re)construir um protagonismo social mais amplo, incorporando as novas demandas colocadas e se aproximando das novas formas de mobilização social. O texto procura fazer um exercício a partir do debate na literatura internacional sobre a revitalização sindical, analisando o sindicalismo brasileiro a partir de 5 dimensões: institucional/organizativa, filiação/representatividade, econômica, política e societal. O propósito é constituir referências para realizar estudos comparados do sindicalismo entre países, observando a experiência brasileira.

## **Introdução**

A presente comunicação pretende desenvolver um balanço preliminar sobre a situação atual do sindicalismo brasileiro. Apresenta-se a tese de que, embora a sua atuação tenha contribuído para a melhoria dos indicadores laborais, este se encontra na encruzilhada entre o avanço e fortalecimento da sua pauta corporativa e a necessidade de (re)construir um protagonismo social mais amplo, incorporando as novas demandas colocadas e se aproximando das novas formas de mobilização social.

A exposição do argumento estrutura-se em três partes: em primeiro lugar, uma abordagem mais geral sobre as transformações econômicas e políticas ocorridas na esfera produtiva e suas consequências no campo sindical, retomando debates em torno da nova geografia produtiva e morfologia da classe trabalhadora e da geometria desigual da crise e da renovação do sindicalismo.

Em segundo lugar, rastreia a gênese dos debates sobre a renovação e revitalização sindical e assume a perspectiva de que o sindicalismo não tem sido um ator passivo da atual situação concentrando em si “capacidade estratégica” para empreender processos de mudança estratégica. Apresenta-se ainda um quadro de análise, retirado de Frege e Kelly (2004), em torno das estratégias e dimensões de revitalização sindical.

Por fim, promove-se uma aproximação à situação específica brasileira. O texto procura fazer um exercício a partir do debate na literatura internacional sobre a revitalização sindical,

analisando o sindicalismo brasileiro a partir de cinco dimensões: institucional/organizativa, filiação/representatividade, econômica, política e societal. O propósito é constituir referências para realizar estudos comparados do sindicalismo entre países, observando a experiência brasileira.

Com base no modelo de análise exposto desenvolve-se a noção de que, apesar de se terem verificado progressos ao nível das diversas dimensões de revitalização, subsistem sinais de uma crise de projeto na medida em que o sindicalismo brasileiro tem perdido protagonismo social mais amplo. São, pois, sobre as dimensões institucional e societal que recaem dúvidas e incertezas sobre a possibilidade da sua revitalização.

## **1. A geometria desigual da crise e da renovação sindical**

O vocábulo “crise” é amplamente utilizado na abordagem de grandes transformações sociais. Se se considerar esta noção enquanto “ruptura de equilíbrio entre diversas componentes” (DUBAR, 2006: 14), as principais transformações ocorridas na esfera econômica, política e produtiva nas últimas décadas, modificaram a relação histórica específica entre capitalismo, Estado e democracia. A combinação inédita entre democracia e economia capitalista (STREECK, 2011: 5-6), que vigorou nos países capitalistas avançados no pós-segunda guerra mundial, desfez-se. A contrarrevolução neoliberal, da qual fazem parte os processos de globalização econômica, encetou um longo processo de “destruição criativa”. As alterações estruturais necessárias implicaram uma transformação profunda dos sistemas produtivos, de comercialização, de redistribuição, de gestão de conflitos legais, dos sistemas de formação e da esfera da regulação social e do trabalho – no sentido da sua *remercadorização*.

O propósito de desincrustar o mercado de todas e quaisquer amarras, quer à escala nacional, quer à escala global, alterou um equilíbrio prévio, o que colocou pressão externa sobre uma das suas componentes, ou seja, sobre o sindicalismo enquanto movimento social, ator político e instituição característico da sociedade industrial e capitalista. Uma parte substancial da literatura sobre o sindicalismo assumiu um vaticínio fatalista e finalista que associou a transição para sociedades “pós-industriais” e “pós-fordistas” ao “declínio histórico do sindicalismo” (RODRIGUES, 2002; BOITO JR., 2003; BOITO JR. e MARCELINO, 2010). No entanto, uma crise é inerentemente um processo em aberto, cujo desenlace não será necessariamente fatal para o sujeito afetado.

Um ponto de partida para iniciar a resposta a esta questão, é aquele que a enquadra

numa moldura analítica histórica e geograficamente mais ampla do trabalho e movimentos de trabalhadores (SILVER, 2005). Em primeiro lugar, a percepção da evolução da geografia histórica do capitalismo (HARVEY, 1992: 307), com a sua dinâmica de criação e destruição de espaços produtivos e classes trabalhadoras, enfatiza a noção de que o trabalho e os movimentos operários são feitos e refeitos em relação estrita com as dinâmicas espaço-temporais do capitalismo. Tal conduziu igualmente a uma oscilação periódica entre fases de *(des)mercadorização* do trabalho.

Desta forma, a resistência operária, à semelhança do capital, oscila num pêndulo polanyiano e marxiano (SILVER, 2005: 35). As agitações polanyianas, correspondem a lutas contra a expansão do mercado global auto-regulado, atualmente centradas nos países capitalistas avançados, em torno da oposição à desconstrução dos pactos sociais dos quais beneficiavam. As agitações do tipo marxiano correspondem sobretudo a mobilizações por parte das novas classes trabalhadoras constituídas como consequência não-intencional do desenvolvimento e expansão do capitalismo, e que geraram movimentos sindicais novos, obtendo concessões econômicas e direitos sociais, o que pode ser exemplificado pela experiência brasileira dos anos 1980, com a emergência do “novo sindicalismo”.

Esta nova geografia produtiva e morfologia da classe trabalhadora (ANTUNES, 1995) à escala global trouxe inevitáveis consequências nas modalidades de inserção econômica, formação de consciência e de ação política (HARVEY, 1992: 179). De um modo geral, a ordem econômica e política construída a partir da crise de 1970 criou uma situação desfavorável ao trabalho e à ação coletiva num contexto de hegemonia do neoliberalismo e em que a globalização econômica impôs “a tirania “racional” da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo” (BURAWOY, 1985: 150).

No fim dos anos 1990 e começo dos 2000 assistiu-se ao surgimento de movimentos de resistência. À escala internacional inicia-se um primeiro ciclo de protesto global, inaugurado pela manifestação contra a OMC em Seattle em 1999, e posteriores mobilizações em torno de encontros e cimeiras das principais instituições internacionais multilaterais. Posteriormente, com a realização de diversas edições do Fórum Social Mundial, começa a estruturar-se uma rede internacional de movimentos sociais, o “movimento dos movimentos”, no qual se incluíam alguns setores do sindicalismo, advogando uma alternativa ao neoliberalismo, sob o slogan “Um outro mundo é possível”. Mas é na América Latina onde a emergência de lutas sociais foram capazes de protagonizar alternativas políticas com a eleição de governos progressistas.

O eclodir crise econômica e financeira contribuiu para intensificar o descontentamento à escala global, alimentando um segundo ciclo de protesto global (ORTIZ et al., 2013). A partir de 2010 o principal eixo de mobilização desenvolve-se em torno da oposição às políticas de

austeridade<sup>2</sup>. É no campo sindical que se verificam os primeiros sinais de mobilização mas a emergência de novos atores permitiu a sua ampliação social em torno de preocupações materialistas, relacionadas sobretudo com questões do trabalho e do emprego (ESTANQUE et al., 2013: 6-7). Em 2008 a legitimidade do neoliberalismo parecia posta em causa, mas esta crise de legitimidade não correspondeu (ainda) a uma crise de hegemonia.

Estas tendências continuam se refletindo no próprio fenómeno do sindicalismo. Assistimos a recomposições no sindicalismo global. Em novembro de 2006 é criada a nova Confederação Sindical Internacional (CSI), resultado da fusão da Confederação Internacional de Sindicatos Livres (CISL) e a Confederação Mundial do Trabalho (CMT). Os antigos Secretariados Profissionais Internacionais passaram por um processo de reestruturação sendo designados, desde 2002, de Federações Sindicais Globais. Embora se faça referência a uma “textura emergente de regulação transnacional do trabalho” (PRIES e SEELIGER, 2013) composta pela ação dos Sindicatos Globais, Campanhas Globais, Conselhos Europeus e Mundiais de Fábrica, Acordos Marco Global, Convenções Fundamentais da OIT, os seus impactos parecem ainda limitados.

As taxas de sindicalização nos países da OCDE continuam baixando, embora a um ritmo mais lento, e variando de país para país (OCDE, 2015). Em relação às greves, apesar da diferença significativa entre países, a sua subavaliação em função da não inclusão do setor públicos e o aumento nalguns países, sobretudo os mais afetados pelas medidas de austeridade, os seus indicadores não recuperaram substancialmente. Verifica-se, no entanto, uma tendência para a diminuição da greve económica e um aumento das mobilizações políticas e de greves gerais políticas (GALL, 2012).

Em continentes como a Ásia assiste-se a uma proliferação de lutas sindicais e laborais, mas persistem dificuldades, sobretudo em dois países importantes. Na China conhecem-se significativas lutas que ocorrem por fora das organizações sindicais associadas ao regime político (RUCKUS e BARTHOLL, 2014). Na Índia, onde as políticas neoliberais agravaram e desestruturaram ainda mais o mercado de trabalho, o movimento sindical procura superar a sua fraqueza e as históricas clivagens político-ideológicas e regionais e tem desenvolvido uma estratégia de unidade de ação, com a organização de manifestações conjuntas e mais recentemente a realização de greves nacionais como as que aconteceram em 2012 e 2013 (BHOWMIK, 2013: 94).

Na América Latina há movimentos de fragilização, mas também de revitalização do sindicalismo, especialmente no Uruguai e em menor escala na Argentina. Nos países que fazem parte do bloco de Aliança do Pacífico (México, Colômbia, Peru e Chile), o movimento

<sup>2</sup> Embora no caso da primavera Árabe uma das principais reivindicações fosse a democratização dos regimes políticos.

sindical foi fragmentado e apresenta pequena influência no estabelecimento das relações de trabalho e nos rumos das sociedades. Nos países andinos (Venezuela, Equador e Bolívia) ocorrem importantes movimentos sociais que provocaram mudanças políticas expressivas, mas os sindicatos não são os principais protagonistas.

Desta forma, o diagnóstico traçado por Boito Jr em 2003 parece permanecer correto: “o sindicalismo cai onde era muito forte, e cresce onde ainda está fraco (...) é certo, então, que o recuo do sindicalismo é a tendência dominante, mas o fenômeno, em escala internacional, é desigual e contraditório” (BOITO JR, 2003: 324).

## **2. Um quadro de análise da revitalização sindical**

Os sindicatos das economias liberais de mercado (HALL e SOSKICE, 2001), dentro dos países capitalistas avançados, são os primeiros a sofrer o embate da viragem neoliberal, e conseqüentemente, será nestes países que se desenvolverão inicialmente os debates sobre a revitalização sindical. Embora não se possa falar propriamente de um modelo único anglo-saxônico de relações laborais (COLVIN e DARBISHIRE, 2013) – nos EUA regulado pelo Wagner Act e no Reino Unido assente no chamado modelo voluntarista de “free collective bargaining” - ambos os países se caracterizavam por um elevado grau de descentralização da negociação coletiva, reduzida legislação laboral e obstáculos e limitações à organização coletiva.

Um dos principais elementos da agenda neoliberal de Reagan e Thatcher foi o de reduzir o poder e influência dos sindicatos num processo de intensa mudança legislativa e de confronto direto que teve como momento áureo a vitória do primeiro na greve dos controladores aéreos de 1981 e da segunda na dos mineiros em 1984/85. O exemplo dos Estados Unidos é, desse ponto de vista, paradigmático. A partir dos anos 1980, em um contexto de ofensiva do capital e de globalização, os sindicatos enfrentavam uma tripla ameaça: reestruturação econômica, crescente hostilidade patronal e a administração Reagan. As táticas tradicionais do sindicalismo revelaram-se débeis face à crescente oposição empresarial, e, no curto prazo tal não implicou uma mudança substancial de estratégia. Em 1989 é criado o “Organizing Institute”, mas é sobretudo a partir de 1995, com a eleição de John Sweeney como presidente da AFL-CIO, que se começam a experimentar alternativas à prática tradicional de sindicalismo de serviços sob a designação de “organizing” (HURD, 1998; VOSS e SHERMAN, 2000).

É neste contexto que se desenvolvem debates sobre a renovação e revitalização

sindical que, marcados por uma pluralidade de visões e orientações teóricas, sugerem uma nova estratégia de ação que expandia o sindicalismo para fora do seu campo tradicional de atuação, isto é, relações de produção e escala nacional. A orientação de alargamento do campo de intervenção (WEVER, 1998), enfatiza a necessidade de os sindicatos procurarem organizar os trabalhadores excluídos dos tradicionais fóruns das relações industriais, promovendo alianças com outras organizações, procurando organizar e representar novos membros e novos interesses que ultrapassassem os tradicionais temas da negociação coletiva.

A noção de sindicalismo de movimento social constituiu uma referência no seio deste debate. Autores como Peter Waterman interpretam a crise sindical como a crise de um determinado tipo de sindicalismo, a saber, industrial/nacional, característico da relação salarial fordista e que demonstrou dificuldades em responder ao aceleração dos processos de globalização econômica. Este e outros acadêmicos procuraram de alguma forma respostas através da tentativa de compreensão da emergência de movimentos sindicais militantes, em diferentes regiões da economia mundial, mais concretamente em países como a África do Sul e o Brasil nos anos 70, ou as Filipinas e a Coreia do Sul nos anos 80 (LAMBERT e WEBSTER, 1988; SCIPES, 1992; WATERMAN, 1993; SEIDMAN, 1994)<sup>3</sup>.

O sucesso desse perfil de ação sindical constituiu uma inspiração tendo-se, nalguns casos, tentado transplantar tal *modus operandi* para os países do Norte. Assim algumas obras e autores procuram identificar características deste perfil em diferentes sindicatos como os *Canadian Auto Workers Union*, no fim dos anos 90, ou na Campanha *Justice for Janitors* nos Estados Unidos (MOODY, 1997). Este debate se expande gradualmente para os países das economias coordenadas de mercado (HALL e SOSKICE, 2001), onde as consequências destas transformações começavam também a ser sentidas.

O sindicalismo não tem sido, portanto, um expectador passivo da atual situação. Uma primeira implicação desta abordagem é que não se pode ignorar o acumular de experiências inovadoras que rompem com uma visão que vê nas condicionantes “externas” - quer sejam os processos de globalização econômica, a alteração do ambiente sócio-político, a postura anti-sindical por parte das organizações patronais, a alteração do papel do Estado - como forças avassaladoras que não podem ser contrariadas.

Um segundo aspecto consiste na percepção de que existem diversos tipos de problemas que afetam os sindicatos, e como tal, gerando desafios e fontes de revitalização

---

<sup>3</sup> Nos anos 1980 três movimentos de trabalhadores chamaram a atenção pela sua capacidade de articular as demandas das relações de trabalho com a intervenção política mais geral, que são o caso da COSATU na África do Sul, Solidariedade na Polónia e o “Sindicalismo CUT” (Veras, 2012) no Brasil. No caso brasileiro, segundo Noronha (1998), a transição política da ditadura para a democracia foi feita sob greves e grandes mobilizações sociais, em que os sindicatos eram um ator social expressivo.

diversificadas (COSTA, 2008; DIAS, 2012). Os sindicatos, com ideologias e identidades específicas, inserem-se em sistemas de relações laborais (nacionais) com trajetórias históricas singulares que produzem estruturas de oportunidades políticas diferenciadas. É por isso que mudanças que constituem desafios sérios ao sindicalismo em alguns países causam pouca preocupação noutros, dada a importância que determinados temas têm para a própria constituição identitária dos sindicatos (LOCKE e THELEN, 1995: 338; HYMAN, 2001: 170).

Um terceiro elemento relaciona-se com o reconhecimento de que os sindicatos possuem “capacidade estratégica” e de “aprendizagem organizacional” (HYMAN, 2007): por um lado, a faculdade de interpretar as novas circunstâncias, identificando os desafios internos e externos daí decorrentes, e desenvolvendo ações e iniciativas, sustentadas no tempo, com impactos ao nível organizacional, na alocação de recursos (humanos e materiais) bem como no discurso político e na obtenção de resultados (FREGE e KELLY, 2004a:31-32); por outro, o de impulsionar processos de mudança, que ocorrem num contexto organizacional, e em que a aprendizagem de respostas apropriadas a novos desafios pode implicar “desaprender” comportamentos prévios (HYMAN, 2007: 200).

O estudo coordenado por Carola Frege e John Kelly (2004), uma análise comparativa de cinco movimentos sindicais nacionais - Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Itália e Espanha-, fornece um quadro de análise incontornável para o estudo comparado das experiências de revitalização sindical. Identifica, por um lado, as dimensões de revitalização com as quais os sindicatos lidam quando encetam processos de mudança estratégica. Por isso, identificam seis tipos de estratégias que têm sido utilizadas na prossecução desses objetivos: organização e recrutamento de novos membros (organizing), parceria sindicatos-empregadores, ação política, reforma das estruturas sindicais, construção de coligações e solidariedade internacional. A relação entre dimensões e estratégias não é totalmente linear pois uma estratégia pode procurar lidar com várias dimensões de revitalização (FREGE e KELLY, 2004a: 33).

As quatro dimensões de revitalização sindical definidas por Behrens, Hamann e Hurd (2004) constituirão o referencial de análise da atual situação do sindicalismo brasileiro - institucional, filiação, econômica e política: a dimensão “institucional” é pivotal na medida em que considera as suas estruturas organizacionais e de governação, o seu funcionamento interno e a capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias; a dimensão filiação diz respeito ao reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial através do aumento do número absoluto de associados, da taxa de sindicalização e da diversificação da sua composição interna acompanhar as modificações na força de trabalho; a dimensão econômica centra-se na capacidade de obtenção de melhorias salariais e de outros

benefícios, e do seu impacto mais geral na distribuição da riqueza; e a dimensão política à interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade (eleitoral, elaboração de legislação e sua implementação) de forma a aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas através da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas.

Acrescentaremos uma quinta dimensão, à qual se atribuirá a designação de societal. A dimensão societal comporta as modalidades de relacionamento que os sindicatos estabelecem com a sociedade em geral e divide-se em três elementos: ideológico, confiança na instituição sindicato e construção de alianças sociais. Relativamente ao elemento ideológico, concebe-se a luta pela organização sindical como “uma luta pelos corações e mentes das pessoas, em outras palavras, uma batalha de ideias” (HYMAN, 2004:22) e como tal, “de forma a se revitalizarem, os sindicatos, enquanto atores democráticos, necessitam de reforçar o seu envolvimento nos debates ideológicos mais amplos sobre o capitalismo global contemporâneo. Tal, por sua vez, poderá permitir a estes se envolver mais livremente num novo discurso sobre os desenvolvimentos nas questões laborais e do mercado de trabalho, nos seus próprios termos, desafiando a hegemonia das ideias e valores neoliberais com visões alternativas sobre como alcançar a justiça social e mais democracia” (FREGE e KELLY, 2004b: 194).

O elemento confiança na instituição sindicato relaciona-se com a imagem que a opinião pública em geral possui sobre os sindicatos, e que exprimem não só atitudes de maior ou menor confiança na instituição bem como de práticas de maior proximidade ou afastamento em relação a esta. Por fim o elemento construção de alianças diz respeito à análise do tipo de conexões que os sindicatos estabelecem com outros setores da sociedade civil, quer sejam movimentos sociais, portadores de causas materialistas ou pós-materialistas, ou outras organizações, como ONGs que lidam com os temas da pobreza, da desigualdade e do trabalho decente.

**Tabela 1 – Dimensões da Revitalização Sindical**

<b>Dimensão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Relevância</b>
<b>Filiação</b>	Reforço da legitimidade, representatividade e poder negocial	número absoluto de membros	Aumento de recursos sindicais (materiais e humanos)
		densidade sindical	Aumento de poder sindical ao nível da empresa ou setor
		composição interna	Acompanhar as modificações na força de trabalho, procurando representar a sua crescente diversidade (mulheres, imigrantes, part-time, trabalhadores temporários)

		atitudes e expectativas dos membros existentes	Mobilizar membros para que mudanças tenham maior probabilidade de sucesso
<b>Econômica</b>	Obtenção de melhorias salariais e de benefícios, e impacto mais geral na distribuição da riqueza	Desenvolvimento de novas técnicas, fora da negociação coletiva	Aumentar alavancagem econômica.
		Modificação de estruturas deficientes de negociação	
		Redefinição do papel do sindicato no processo negocial	
<b>Política</b>	Interação com atores nos diversos níveis de governo e em três arenas de atividade.	Eleitoral	Assegurar a vitória de candidatos e/ou partidos aliados.
		legislação	Aumentar a eficácia e influência no processo de elaboração de políticas públicas através da participação em negociações de pactos sociais ou pela mobilização coletiva via greves políticas
		Implementação	Contribuir para o cumprimento da legislação relevante através de fiscalização, pressão e recurso aos tribunais
<b>Institucional</b>	Mudanças na organização e funcionamento interna	Estruturas organizacionais e governação	capacidade de se ajustar a novos contextos e desenvolver novas estratégias de revitalização
		Funcionamento interno	
<b>Societal</b>	modalidades de relacionamento com a sociedade em geral.	Ideológico	Desafiar a hegemonia ideológica e influenciar o debate de ideias
		Confiança	Melhorar a imagem pública em geral e nos seus “públicos-alvo”
		Aliança/Coligação	Reforço mútuo de causas comuns, acesso a novos públicos

Fonte: Behrens, Hamann e Hurd (2004) e elaboração dos autores.

### 3. As tendências contraditórias do caso brasileiro

O (novo) sindicalismo brasileiro, como visto acima, é considerado, por alguns autores, como referência para a discussão da revitalização sindical. De fato, nos anos 1980 há uma forte ascensão do sindicalismo no país, constituindo-se em uma contra tendência em especial

em relação aos países centrais. No entanto, a partir dos anos 1990, os estudos mostram que há no caso brasileiro também um arrefecimento da capacidade de ação coletiva, com uma deterioração dos indicadores sindicais, em contexto de desestruturação do mercado de trabalho, de inserção do país na globalização, de adoção de políticas ancoradas no Consenso de Washington e de flexibilização das relações de trabalho. O sindicalismo persiste, mas perde densidade e força na sociedade. Entre inúmeras estratégias de ação, há a aposta de alterar o quadro desfavorável com a eleição de um sindicalista para Presidente da República. Essa parte do presente artigo pretende fazer um balanço do sindicalismo tendo como referência o debate sobre revitalização sindical.

### **3.1. Dimensão institucional e organizativa**

A regulamentação do arcabouço legal e das instituições dos sindicatos é caracterizada por uma ambiguidade. Por um lado, é concebida uma organização sindical com uma regulamentação detalhada e tutelada pelo Estado, inclusive enquadrando as categorias profissionais e econômicas, impedindo a concorrência (princípio da unicidade), criando um sistema hierarquizado e confederativo, exigindo o reconhecimento estatal para a entidade exercer as prerrogativas sindicais. Mas, por outro lado, a ambiguidade está no fato de que a regulamentação dá reconhecimento e condições para as entidades sindicais se estruturarem. Tanto assim que, apesar das críticas à limitação trazida pelo controle estatal, a opção de praticamente todas as correntes político-sindicais foi de utilizar a estrutura oficial para, por meio dela, desenvolver as lutas dos trabalhadores.

A estrutura sindical se mostra extremamente flexível, com capacidade de adaptação a diferentes contextos históricos (CARDOSO, 2003), passando a servir tanto para o movimento sindical tornar-se, por exemplo, um agente político importante em momentos históricos – como ocorreu no processo de redemocratização do país –, quanto para reprimir, calar e controlar os sindicatos, em momentos políticos desfavoráveis aos trabalhadores. Ou seja, a mesma regulamentação pode ser utilizada para garantir uma série de salvaguardas para ação coletiva como para permitir a existência de entidades sem representatividade, que sobrevivem com as taxas compulsórias e a unicidade sindical.

Nos anos recentes, duas novas tendências foram se consolidando. Diferentemente da experiência dos países avançados, houve aumento da pulverização sindical, em que se criam novas entidades sindicais, consolidando um sindicalismo bastante fragmentado em todos níveis: cresce o número de centrais (existem 12 centrais, sendo 6 oficialmente reconhecidas<sup>4</sup>),

4 As centrais reconhecidas são: CUT, Força Sindical, UGT, CTB, NCST, CSB. As centrais não reconhecidas são: CSP/CONLUTAS, Central do Brasil Democrática de Trabalhadores (CBDT), Central Unificada dos Profissionais Servidores Públicos do Brasil, União Geral dos Trabalhadores, Intersindical/Central da Classe Trabalhadora. Intersindical/Instrumento de Luta da Classe trabalhadora. Cf.

as estruturas de segundo grau e multiplica-se o número de sindicatos, que pulam de 10 mil para 16 mil, sendo 11 mil de trabalhadores, entre 1991 e 2001<sup>5</sup>. O cadastro de atualização sindical do MTE, embora não permitindo identificar a evolução do número de sindicatos, mostra a existência de 14.185 sindicatos filiados a centrais sindicais, incluindo as entidades em trâmite de registro e as atualizações inválidas. Além disso, há ainda, pelo menos, 2785 sindicatos de trabalhadores sem filiação e 5067 entidades patronais. Ou seja, apesar de não ser possível comparar as duas fontes para identificar evolução, a pulverização pode ser identificada pela existência de mais de 22 mil entidades sindicais no país<sup>6</sup>. A explicação para o avanço da pulverização reside na ambiguidade da estrutural sindical, na legislação de reconhecimento das centrais sindicais (que será discutida abaixo), na compreensão do judiciário pela prevalência da entidade mais específica e na reconfiguração do mercado de trabalho.

A segunda tendência foi o sepultamento da reforma sindical. O Fórum Nacional do Trabalho, com composição tripartite e funcionamento entre 2003 e 2005, não conseguiu formular uma proposta alternativa de organização sindical. Como a reforma não avançou, duas medidas adotados pelo Governo (reconhecimento das centrais sindicais e de suas estruturas paralelas e o repasse da Contribuição Sindical Obrigatória para as entidades sindicais de segundo grau - federações e confederações paralelas – e de servidores públicos) legitimaram a estrutura oficial e retiraram da agenda política nacional a discussão da reforma sindical, na perspectiva de viabilizar entidades com maior representatividade e de proporcionar maior autonomia dos agentes na definição da forma de organização desejada. As medidas contaram com apoio das centrais sindicais reconhecidas.

A primeira consequência foi a permanência de muitas entidades sindicais sem representatividade. Inclusive nos anos recentes (depois de 2011) ocorreu uma série de greves e manifestações de trabalhadores sem a coordenação e até contra a direção do sindicato, como será visto abaixo. A segunda foi a criação de um “mercado sindical” em que a disputa entre as Centrais por entidades sindicais se acirrou fortemente, pois cada novo sindicato criado ou filiado significa aumento da quantidade de arrecadação da Contribuição Sindical Obrigatória. Ou seja, estabeleceu-se uma corrida para criação de novas entidades, já que sempre é muito difícil ganhar as entidades via eleições sindicais. A terceira consequência foi a criação de uma estrutura sindical esquizofrênica, em que prevalece o princípio da unicidade sindical na base e pluralismo nas entidades de segundo e terceiro grau. Outro aspecto a ser destacado, em função do arcabouço legal, foi o não avanço das iniciativas de unificação de sindicatos, de representação dos terceirizados e dos desempregados nos últimos anos.

<http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>.

5 O IBGE não realizou uma nova pesquisa sindical depois de 2001.

6 Cf. <http://www3.mte.gov.br/sistemas/cnes/relatorios/painel/GraficoFiliadosCS.asp>, dados de 04 de junho de 2015.

Em contradição, é possível levantar uma série de experiências de democratização da vida sindical, em que os trabalhadores são consultados na definição das estratégias sindicais. São experiências mais localizadas e não é a realidade das entidades sindicais brasileiras. Na mesma perspectiva de organização interna, há muitas experiências de criação de secretarias ou outros espaços organizativos para aglutinar segmentos específicos da categoria, tais como mulheres, jovens e grupos étnicos/raciais. Igualmente, no campo internacional, é crescente a participação nos fóruns e nas entidades gerais, assim como na articulação de redes sindicais por setor econômico e por empresa. Como consequência desta política, a presidência da principal central mundial – CSI - é de um brasileiro. Na mesma perspectiva, há um esforço de fortalecer organizações nas Américas, especialmente a atuação no âmbito do bloco regional e são crescentes os gestos de solidariedade internacional.

Portanto, as condicionantes institucionais não corroboram a perspectiva de criação de entidades fortes e representativas e processos estratégicos de mudança organizacional, mas consolidam um movimento de pulverização e da existência de muitas entidades sindicais burocráticas e esvaziadas.

### 3.2. Dimensão da filiação e representatividade das entidades sindicais

A sindicalização não acompanhou a forte expansão do emprego no período. Apesar do aumento em 3 milhões do número de associados, o número de ocupados elevou-se em 21 milhões, entre 2001 e 2013, segundo a PNAD. A taxa de sindicalização entre total dos ocupados ficou praticamente estável, mas caiu entre os assalariados com carteira de 26 para 19%. No embalo da primeira eleição de um presidente sindicalista o número de sindicalizados cresceu 29% entre 2001 e 2005, uma taxa maior do que os ocupados, que aumentou 21% no período. Após 2005, a ocupação cresceu de forma mais intensa e a sindicalização perde força. O crescimento dos sindicalizados foi maior entre as mulheres e nas regiões Nordeste e Norte.

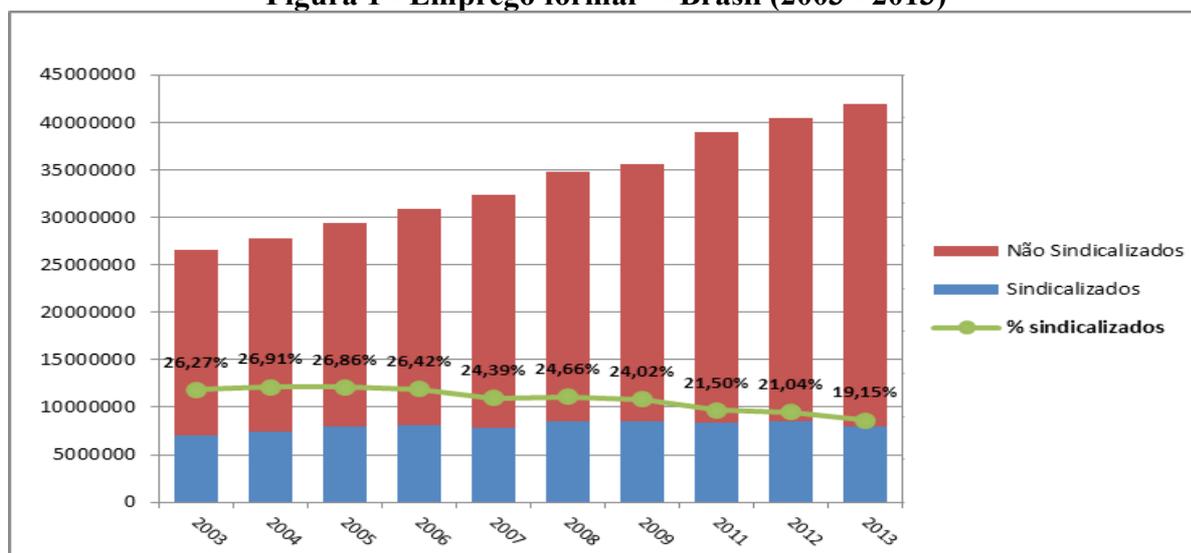
Tabela 2 – Brasil: Evolução da taxa de sindicalização frente ocupados

	Sindicalizados	Não Sindicalizados	Total	% sindicalizados
2001	13.250.058	68.409.036	81.666.485	16,22%
2002	13.828.056	70.917.260	84.751.498	16,32%
2003	14.711.182	71.378.667	86.097.275	17,09%
2004	15.678.818	74.046.557	89.729.057	17,47%
2005	16.545.392	76.379.147	92.924.697	17,81%
2006	17.152.069	78.045.576	95.206.307	18,02%

2007	16.583.085	79.118.308	95.701.393	17,33%
2008	17.532.234	81.048.737	98.580.971	17,78%
2009	17.174.826	81.906.845	99.081.671	17,33%
2011	16.675.879	81.839.673	98.515.552	16,93%
2012	16.431.791	84.123.407	100.555.198	16,34%
2013	16.151.671	86.523.153	102.674.824	15,73%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD

**Figura 1 - Emprego formal\* - Brasil (2003 - 2013)**



Fonte: PNAD/ Elaboração Pedro Henrique Alcantara.

\* Não inclui trabalho doméstico e funcionários públicos estatutários.

A sindicalização caiu nos segmentos e regiões com maior tradição sindical e cresceu nas regiões que apresentaram maior dinâmica econômica e no campo, corroborando com Silver (2005). No campo a sindicalização foi impulsionada pelo papel dos sindicatos rurais na viabilização da aposentadoria dos agricultores. A razão do não crescimento da densidade sindical entre os ocupados e da queda entre os assalariados formais está nas características do emprego gerado, que foi fundamentalmente em setores com baixa tradição sindical e pequena representatividade. Também é importante destacar dois aspectos adicionais: 1) o sistema legal institucional brasileiro não estimula a sindicalização, pois os trabalhadores têm acesso ao resultado da negociação coletiva sem precisar ser sócio e os sindicatos conseguem outras fontes de financiamento compulsórias sem ter associados; 2) os sindicatos não conseguem aglutinar os terceirizados, os desempregados e os informais. Esses últimos têm organizações coletivas de representação em alguns segmentos tais como do comércio popular, transporte alternativo etc. Essas organizações, com raras exceções estão fora das centrais, que representam fundamentalmente os assalariados formais.

### 3.3. Dimensão econômica

O mercado de trabalho apresentou resultados mais favoráveis no período, com a queda do desemprego e aumento da formalização. Inclusive houve no período uma recuperação dos salários médios e uma melhora na distribuição da renda do trabalho (BALTAR e KREIN, 2013). A melhora dos indicadores está relacionada com um contexto de maior crescimento econômico, da política de valorização do salário-mínimo (objeto de negociação entre o sindicalismo e o governo), as políticas de retardamento na entrada dos jovens no mercado de trabalho e o resultado das negociações salariais. Ou seja, os pequenos avanços são também resultantes da ação sindical, mas fundamentalmente proporcionados pela dinâmica da economia e da política. Essa dinâmica, também contribuiu para explicar os resultados limitados dos avanços, pois não houve uma alteração substancial de um mercado de trabalho pouco estruturado e com grande desigualdade social. Para exemplificar, o resultado das barganhas coletivas, apresenta uma nítida inflexão depois de 2004, a partir de quando mais de 80% das negociações salariais resultam em pelo menos a reposição da inflação passada, chegando em 2012 a 95% das negociações conseguirem algum aumento real (KREIN e TEIXEIRA, 2014).

#### Figura 2



Fonte: SACC – Dieese – Painel de acompanhamento

As melhorias estão concentradas na questão da remuneração do trabalho. Além do aumento real, avançou muito nas negociações da PLR (Participação nos Lucros e/ou Resultados), fazendo com que a remuneração variável crescesse de forma expressiva na

composição da renda anual dos assalariados nos setores mais organizados da economia. Há também alguma novidade nos temas relacionados com as relações sociais de gênero e contra todas as formas de discriminação.<sup>7</sup> A agenda de flexibilização das relações de trabalho introduzida nos anos 1990 não foi revertida, e foi, em alguns casos, aprofundada, tais como na negociação da jornada e formas de contratação. Em relação ao processo de negociação coletiva, continua ocorrendo uma crescente descentralização das negociações coletivas por setor mais específico, acompanhando a tendência de pulverização sindical e por empresa, fortalecendo uma agenda mais próxima da necessidade das empresas, especialmente em torno da flexibilização da jornada e do avanço da remuneração variável (KREIN e TEIXEIRA, 2014).

Especialmente após crise de 2008, há um crescimento da conflitualidade das relações de trabalho, que pode ser identificada na retomada das greves. Boito Jr e Marcelino (2010) mostram uma retomada do ciclo grevista nos anos recentes, que apresenta relação com uma tentativa dos sindicatos melhorarem o padrão de remuneração de sua base, em um contexto de maior dificuldade de avanço nas negociações, em função da diminuição do ritmo de crescimento econômico e elevação da inflação. A tabela abaixo evidencia a retomada das greves, tanto as greves defensivas como as ofensivas.

**Tabela 3 - Distribuição de greves, segundo o caráter das reivindicações Brasil,**

**2004- 2012**

Caráter	2004		2008		2012	
	nº	%	nº	%	nº	%
<b>Propositivas</b>	197	65,2	284	69,1	561	64,3
<b>Defensivas</b>	161	53,3	171	41,6	589	67,5
Manutenção de condições vigentes	54	17,9	72	17,5	310	35,5
Descumprimentos de direitos	107	35,4	118	28,7	412	47,2
<b>Protesto</b>	28	9,3	53	12,9	110	12,6
<b>Solidariedade</b>	2	0,7	1	0,2	1	0,1
<b>Sem informação</b>						
<b>TOTAL</b>	<b>302</b>	<b>100</b>	<b>411</b>	<b>100</b>	<b>873</b>	<b>100</b>

Fonte: DIEESE – SAG (Sistema de Acompanhamento de Greves), Dieese, 2009 pp.

25 E Dieese, 2013 p.11

Obs. A soma das parcelas pode ser superior ao total geral de greves, dado que uma mesma paralisação pode conter diversas e distintas motivações.

<sup>7</sup> Os avanços estão circunscritos a um conjunto de cláusulas de proteção da maternidade reafirmando de certa forma o papel social das mulheres. Já no que se refere a desigualdades salariais e a segregações ocupacionais ou profissionais não se identificam avanços

### 3.4. Dimensão política

A vitória de Lula representou uma esperança de parte expressiva do movimento sindical na perspectiva de reverter o quadro desfavorável dos anos 90. No entanto, o começo do governo Lula, dentro do contexto de crise econômica, foi, em muitos aspectos, muito conservador, especialmente em relação à política econômica e à agenda de debates no Poder Legislativo. Apesar de alguma ênfase na área social e no aumento do diálogo com atores sociais, a agenda no Legislativo continuava muito ortodoxa, como o caso da reforma na previdência social do setor público, que provocou importantes defecções na principal sindical do país (CUT), com a saída de diversos agrupamentos que demandavam uma postura mais crítica do governo. Apesar disso, parte importante do movimento sindical vive um paradoxo, tendo “que situarse entre la defensa del gobierno y la conducción de las reivindicaciones de los trabajadores que representaba, conduciendo con eso a exacerbar las divergencias” (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011:86), o que resultou na criação de novas centrais.

A partir de 2005 (até 2010), com a certa inflexão – a partir de ensaios desenvolvimentistas e uma melhora substantiva dos indicadores do mercado de trabalho<sup>8</sup> - há uma aproximação de grande parte do movimento sindical (as principais centrais) com o governo, em que os espaços de interlocução são intensificados, o que resultou em algumas políticas defendidas pelo movimento sindical, tais como o reconhecimento das centrais sindicais<sup>9</sup>, a política de valorização do salário-mínimo, a obstrução de importantes elementos da pauta flexibilizadora de direitos, a negociação de medidas anticíclicas para enfrentamento da crise de 2008. O movimento sindical não conseguiu, no entanto, viabilizar elementos centrais da agenda sindical, tais como um modelo de desenvolvimento com distribuição de renda e valorização do trabalho, a redução da jornada de trabalho, a introdução de mecanismos legais contra a dispensa imotivada, o fator previdenciário<sup>10</sup>, entre outros. Em torno dessa agenda, o movimento sindical organizou sete jornadas (mobilizações) nacionais e inúmeros eventos em Brasília (LADOSKY et. al., 2014: 75-76). Ao mesmo tempo, os eventos propriamente sindicais não foram muito expressivos na capacidade de mobilizar os trabalhadores mas contribuíram para abrir um espaço de interlocução com o governo.

Outro aspecto a ser destacado é a maior presença do movimento sindical nos espaços institucionais, de discussão e definição de políticas públicas, decorrente da política do Governo Federal de promover espaços de *concertação social*, que foram ao mesmo tempo, segundo

---

8 Conferir Krein, J. Manzano, M., 2014.

9 Cf Galvão, 2012 e Araújo e Vêras de Oliveira, 2011.

10 O fim do fator previdenciário foi incluído na pauta.

Araújo e Vêras de Oliveira (2011: 93) inéditos e de alcance limitados: “La participación sindical en espacios institucionales pasó a ser un frente de acción importante a lo largo de los años noventa, como vimos. La novedad traída con el gobierno de Lula fue, buscarla, promoverla, bajo la referencia del “diálogo social””.

A existência de um arcabouço institucional facilitou a ativação de mecanismo de concertação social. Apesar de muitos fóruns não terem avançado na direção da *concertação* social, o movimento sindical esteve muito presente nos debates governamentais, mesmo que às vezes com tensionamento político, tal como ocorreu na reforma da previdência, no Fórum Nacional do Trabalho, nos rumos da política econômica, etc. Em diversos desses espaços foram construídos acordos - que não serão analisados por falta de espaço - tais como nos fóruns de competitividade, o contrato nacional de referências para as obras do PAC, o trabalho no agronegócio da Cana. Além disso, a relação ficou caracterizada pela forte presença de quadros sindicais em diversos escalões do governo, desde os seus primeiros momentos, o que revela o grau de compromisso que se estabeleceu entre ambos (ARAÚJO e VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011).

A interlocução e proximidade de parte do sindicalismo com o governo também foi importante para estabelecer um veto à agenda de flexibilização de direitos e redução da proteção social que foi hegemônica a partir dos anos 1990. Nos anos 2000, vão ocorrer mudanças pontuais tanto que ampliam a regulação do trabalho quanta que aprofundam a flexibilização. Krein e Biavaschi (2015) apresentam um balanço de todas as medidas adotadas, mostrando que houve movimentos contraditórios, em que não houve reversão da agenda de flexibilização de direitos nem avanços expressivos na inclusão de direitos, localizados para segmentos muito específicos. Ao mesmo tempo, há algumas medidas que ampliam a proteção social, como já destacado acima. Ou seja, a proximidade com o governo contribuiu mais para vetar mudanças profundas demandadas pelas organizações patronais, tais como a liberação da terceirização e a prevalência do negociado sobre o legislado.

No governo Dilma, em um contexto mais complicado, do ponto de vista econômico e político, a interlocução perdeu força e o movimento sindical se dividiu mais nas estratégias de ações conjuntas, que se expressaram na divisão das lideranças sindicais no processo eleitoral de 2014 e no debate sobre a regulamentação da terceirização. A colocação em votação do PL 4330 (terceirização) pelo Congresso Nacional e as Medidas Provisórias 664 (pensão e aposentadoria) e 665 (seguro-desemprego e abono salarial), com forte rejeição entre os trabalhadores, abriu uma oportunidade para o movimento sindical se reconectar com a base e estabelecer uma articulação com movimentos sociais na perspectiva resistir contra a destruição de direitos e da proteção. Em torno dessa resistência, foram realizadas duas paralisações

(15/04 e 29/05/2015) bastante descentralizadas, mas expressivas. Algo similar somente tinha ocorrido em 2001, quando o governo FHC tentou aprovar um projeto em que previa a prevalência do negociado sobre o legislado. Foi a primeira vez que o sindicalismo, no período, conseguiu criar um grande movimento de resistência e ampla unidade de ação, que significou também a expressão de uma postura mais autônoma em relação ao Governo. Ao mesmo tempo, o tema está ajudando aproximar as entidades de trabalhadores com as associações dos profissionais que atuam nas instituições públicas, especialmente dos magistrados e procuradores do trabalho.

Com exceção desse movimento recente, no quadro político depois de 2010, o sindicalismo perde força política, que pode ser observada na queda acentuada da bancada sindical no Congresso Nacional. Segundo DIAP, em 2014, a bancada caiu de 83 para 46 sindicalistas entre a última e penúltima legislatura. É a menor bancada desde 1988<sup>11</sup>. O mesmo processo pode ser observado na composição dos principais cargos da República. Na mesma perspectiva pode ser observado o total esvaziamento do Ministério do Trabalho e Emprego, em um governo com bases trabalhistas.

Na análise da relação do sindicalismo com os governos do PT há um extenso e polêmico debate (GALVÃO, 2014). Na perspectiva do presente texto, a relação das centrais com o governo é influenciada pelos embates políticos existentes na sociedade, o que faz com que parte do movimento sindical (especialmente CUT e CTB) seja parte do bloco que chegou ao poder, como desenvolve Cardoso (2013). O que gerou uma estratégia cuidadosa de não fragilizar o governo, mas levou a ter posições dúbias em muitos debates, o que enfraqueceu, especialmente a central mais identificada (CUT). Um outro bloco de centrais adotam uma postura mais pragmática de crítica e apoio de acordo com o contexto político e aprovação do governo. Por último, há as centrais que estão com um discurso bastante crítico ao governo, tanto de posições mais à esquerda (CSP/CONLUTAS, as Intersindicais) quando centrais mais pragmáticas (Força Sindical e CSB). Ou seja, se no segundo governo Lula todas as centrais reconhecidas estavam na base de apoio, agora há uma profunda divisão entre as estas e as ações conjuntas são mais raras. Assim como, os espaços de interlocução e negociação continuam existindo, mas com margens menores de manobra de efetivação de acordos, tornando o quadro com maior potencial de conflitualidade, como pode ser observado nos discursos dos dirigentes sindicais durante as manifestações de 29 de maio de 2015.

### **3.5. Dimensão societal**

O movimento sindical - apesar das mobilizações e da aproximação com outros

---

11 Cf. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-01/com-bancada-sindical-reduzida-no-congresso-trabalhadores-temem-retrocesso>. Acesso 03/06/2015.

movimentos sociais na luta de resistência ao PL 4330, que regulamenta a terceirização e contra as medidas de retiradas de direitos contidas na política de austeridade adotada nos últimos meses pelo governo Dilma – perdeu força na sociedade brasileira nos últimos anos. O primeiro aspecto para observar essa perda de influência está na queda de confiança da população na instituição sindicato. A confiança cresceu expressivamente no começo da década até 2005, passando de 49% em 1997 para 62% no começo de 2005, conforme pesquisa IBOPE. Depois vem caindo, chegando aos 44% em 2013. É uma das instituições pior avaliada pela opinião pública. O levantamento de opinião World Values Survey reafirma a mesma tendência. O índice de pessoas que não confiam nada nos sindicatos subiu de 21% para 31% entre 2006 e 2014. No mesmo período, a soma dos que confiam muito e os que confiam caiu de 45% para 38% (2015).

Outro indicador refere-se às mobilizações. Apesar do crescimento do número de greves e dos eventos sindicais na sociedade, as principais manifestações ocorridas nos anos recentes não foram protagonizadas pelo sindicalismo, inclusive com questionamento de sua institucionalidade nalguns casos, como ocorreu nas manifestações de 2011 nas grandes obras do PAC, na jornada de junho de 2013, nas manifestações de 2015, em várias greves recentes (garis no Rio, no Carnaval de 2014, motoristas de ônibus em Porto Alegre, em 2014 etc.). Ao mesmo tempo é necessário ressaltar que ocorreu uma mudança recente, em que boa parte do movimento sindical (inclusive Centrais com concepções políticas e relação com governo muito distintas) se unificou em uma luta defensiva contra a retirada de direitos, contra a política econômica de austeridade e desconstrução da proteção social. Mas, é uma luta defensiva e não está colocada no atual cenário a possibilidade de uma ampliação de conquistas.

Historicamente o sindicalismo brasileiro buscou ampliar a sua agenda na perspectiva de dialogar com a sociedade e uma articulação com outros movimentos sociais com vista a intervir no debate sobre os rumos do projeto de desenvolvimento do país. Na agenda interna, ocorreram muitas iniciativas de inclusão das questões de grupos específicos e da ampliação da cidadania (COLOMBI, 2013), tais como as questões de gênero, raça, ecologia, consumidor, acesso às políticas públicas de bem-estar social. Com uma tendência da prevalência de temas mais específicos em detrimento dos de caráter mais universal (GONÇALVES, KREIN e MADI, 2009).

Na mesma perspectiva, há inúmeras iniciativas comuns com outras organizações sociais e populares. Mas, nem sempre é uma relação entre iguais e é marcada por tensões. Essas tensões não inviabilizam ações conjuntas e espaços de construção de pautas coletivas, como ocorreu no âmbito do Fórum Social Mundial e nas manifestações recentes contra as medidas de austeridade. Enfim, as articulações com outros agentes e movimentos sociais existem, mas

estas são pontuais, não se verificando uma construção estratégica, pois na essência o movimento tende a privilegiar as ações mais corporativas. Apesar disso, grande parte do movimento sindical coloca na sua agenda as questões sociais mais gerais da sociedade, buscando disputar os rumos do desenvolvimento do país, inclusive aproveitando a sua relação de proximidade com o Governo atual. Assim, o movimento sindical continua na encruzilhada, pois perde força na sociedade e sua capacidade de protagonizar processos em que seja capaz de colocar a questão do trabalho na agenda política do país continua muito limitada.

Ao movimento sindical, em suas diferentes matizes, se coloca a tarefa de disputar a hegemonia na sociedade. Nos últimos anos, conseguiu barrar iniciativas de aprofundamento de flexibilização, especialmente no Congresso Nacional, mas não foi capaz de vocalizar as questões gerais dos trabalhadores na sociedade nem assumir um protagonismo na inclusão de uma pauta vinculada com as suas reivindicações históricas. Em outros termos, o sindicalismo se fortalece na representação das questões da defesa dos interesses econômicos e imediatos de sua base de representação, mas continua perdendo espaço na sociedade como instituição capaz de expressar as demandas mais gerais dos setores empobrecidos da sociedade. Quando tem expressão é geralmente em uma pauta mais defensiva. Por isso, o eixo de argumentação do presente artigo é que o movimento até se fortaleceu no âmbito de diversas categorias profissionais, mas foi incapaz de assumir protagonismo político na sociedade.

### **Considerações finais**

O movimento sindical passa por um processo de mudança e o debate em torno de seu futuro está colocado, tanto para a academia como para parte das instituições sindicais. Neste sentido, no texto foram trazidos alguns elementos preliminares para descrever a experiência brasileira, uma experiência que apresenta muitos sinais contraditórios. Por um lado, há uma série de indicadores que mostram sinais de revitalização sindical, tais como: aumento das greves; elevação dos sindicalizados, com redução da densidade; melhora nas negociações salariais; o avanço nos espaços de interlocução com o Governo; entre outros. Por outro lado, há evidências da perda de força e importância do sindicalismo na sociedade, com o crescente descrédito da instituição sindical, a incapacidade de vocalizar um projeto de desenvolvimento do país que promova distribuição de renda e valorize o trabalho e a emergência de muitas mobilizações sociais e até trabalhistas sem o protagonismo dos sindicatos.

Ao mesmo tempo que é possível identificar uma série de sinais de revitalização existem elementos que tendem a mostrar os limites da ação sindical. Por exemplo, nos principais sindicatos, verifica-se uma ampliação da agenda sindical incluindo demandas específicas de

mulheres, jovens, aposentados, grupos étnicos e raciais, LGBT. Mas ao mesmo tempo as estratégias de inclusão de desempregados, terceirizados e informais aparecem com pouca relevância. Outro exemplo, apesar das condições de ação dos sindicatos terem melhorado, persiste um arranjo legal e institucional - legitimado com o reconhecimento formal das centrais – que aprofunda a pulverização sindical, tanto na cúpula como na base, ou seja, novas centrais sindicais são constituídas e cresce o número de sindicatos e as disputas pelo controle dos aparelhos se intensificam. Na mesma perspectiva, são crescentes as tensões do sindicalismo com vários movimentos sociais.

Enfim, existem muitos aspectos contraditórios que não permitem vislumbrar estratégias que possam configurar uma nova realidade para o movimento sindical, permanecendo a encruzilhada entre a ação imediata e junto à categoria e a tarefa de influir na sociedade para colocar a questão no trabalho na agenda política e recuperar o seu protagonismo como agente político.

A atual (2015) crise política coloca as questões ainda mais em aberto, pois ao mesmo tempo que crescem as mobilizações defensivas, há o avanço de uma agenda conservadora para enfrentamento dos problemas econômicos, sociais e trabalhistas do país tanto no Congresso Nacional como no Governo Federal.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, R. (1995), *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- ARAÚJO, A. M. C. ; VERAS DE OLIVEIRA, R. V. (2011), “El sindicalismo en la era de Lula: entre paradojas y nuevas perspectivas”. *Trabajo*. México, v.5, n.2. 83-112.
- BALTAR, P.; KREIN, J. D. (2013), “A retomada do desenvolvimento e a regulação do Mercado do trabalho no Brasil”. *Caderno CRH*, v. 26, n.68, Salvador, BA: maio/ago 2013.
- BEHRENS, M.; HAMANN, K.; HURD, R. (2004), “Conceptualizing labour union revitalization”. In C. Frege e J. Kelly (eds.), *Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy*, Oxford: Oxford University. 11-29.
- BHOWMIK, S. (2013), “The Labour Movement in India: Fractured Trade Unions and Vulnerable Workers”. *Rethinking Development and Inequality*, Vol.2. 84-96.
- BOITO Jr., A. (2003), “A crise do sindicalismo”, In M. A. Santana, J. R. Ramalho (orgs.), *Além da Fábrica – trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 319-333.
- BOITO Jr., A.; MARCELINO, P. (2010), “O Sindicalismo deixou a crise para trás? um novo ciclo de greves na década de 2000”. *Caderno CRH*, Salvador, v.23, nº 59, Maio/Ago 2010, 323-338.
- BURAWOY, M. (1985), *The politics of production*. London: Verso.
- CARDOSO, A. M. (2003), *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil*, São Paulo: Boitempo.
- CARDOSO, A. M. (2013), “Para onde foram os sindicatos?”, In J. D. Krein et al. (orgs.)

- Regulação do trabalho e instituições públicas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 123-137.
- COLOMBI, A.P. (2013), *Entre a fragmentação e a ação unificada: uma análise da atuação do Sindicato dos Bancários e Financeiros de São Paulo, Osasco e Região durante os anos 2000*, Dissertação de Mestrado - Instituto de Economia. UNICAMP.
- COSTA, H. A. (2008), *Sindicalismo global ou metáfora adiada? Discursos e práticas transnacionais da CGTP e da CUT*. Porto: Afrontamento.
- COLVIN, A. J. S.; DARBISHIRE, O. (2013), "Convergence in Industrial Relations Institutions". *ILRReview*, 66 (5), October 2013: 1047-1077.
- DIAS, H. (2012), *Sindicalismo de movimento social: experiências de renovação da prática sindical num contexto de transição de paradigma produtivo*. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra.
- DUBAR, C. (2006), *A Crise das Identidades – a interpretação de uma Mutação*. Porto: Edições Afrontamento.
- ESTANQUE, E.; COSTA, H. A.; SOEIRO, J. (2013), "The new global cycle of protest and the Portuguese case". *Journal of Social Science Education*, 12, 1, 31-40.
- FREGE, C.; KELLY, J. (2004) (eds.), *Varieties of Unionism – strategies for union revitalization in a globalizing economy*, Oxford: Oxford University Press.
- FREGE, C.; KELLY, J. (2004a), "Union Strategies in Comparative Context", In C. Frege e J. Kelly, (eds.), *Varieties of Unionism - strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press. 31-44.
- FREGE, C.; KELLY, J. (2004b), "Conclusions: varieties of unionism", In C. Frege e J. Kelly (eds.), *Varieties of Unionism - strategies for union revitalization in a globalizing economy*. Oxford: Oxford University Press. 181-195.
- GALL, G. (2012), "Quiescence continued? Recent strike activity in nine Western European economies". *Economic and Industrial Democracy*, 34(4), 667–691.
- GALVÃO, A. (2012), "A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula", In A. Boito Jr.; A. Galvão (orgs.) *Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000*. São Paulo: Alameda Editorial, 187-222.
- GALVÃO, A. (2014), "A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro". *Crítica Marxista*, 38, 103-117.
- GONÇALVES, J. R. B.; KREIN, J. D.; MADI, M. A. C. (2009), "Bancos, bancários e representação sindical no Brasil contemporâneo", In XI Encontro Nacional da ABET, Campinas.
- HALL, P. A.; SOSKICE, D. (2001) (eds.), *Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage*, Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, D. (1992), *Condição Pós-Moderna*, São Paulo: Edições Loyola.
- HURD, R. W. (1998), "Contesting the dinosaur image: the labor movement's search for a future". *Labor Studies Journal* (Winter 1998), 5-30.
- HYMAN, R. (2001), *Understanding European Trade Unionism – between market, class and society*, London: Sage.
- HYMAN, R. (2004), "An emerging agenda for trade unions?", In R. Munck (ed.), *Labour and Globalisation – Results and Prospects*. Liverpool: Liverpool University Press. 19-33.
- HYMAN, R. (2007), "How can trade unions act strategically?". *Transfer - European Review of Labour and Research*, 13(2), 193–210.
- KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. (2014), "As controvérsias das negociações coletivas nos anos 2000 no Brasil", In R. Vêras de Oliveira et al. (Orgs.) *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*, Belo Horizonte, MG: Fino Traço. 213-245.
- KREIN, J. D.; MANZANO, M. (2014), *Notas sobre a formalização. Estudo de Caso: Brasil*. FORLAC, Escritório Regional da OIT para a América Latina e o Caribe.
- KREIN, J. D.; BIAVASCHI, M. B. (2015), "Os movimentos contraditórios da regulação do trabalho no Brasil dos anos 2000". *Revista Cuadernos del Cendes*. Caracas (no prelo).

- LADOSKY, M. H.; RAMALHO, J. R.; RODRIGUES, I. J. (2014), “A questão trabalhista e os desafios da ação sindical nos anos 2000”, In R. Vêras de Oliveira; M. A. Bridi; M. Ferraz (Orgs.), *O sindicalismo na era Lula: paradoxos, perspectivas e olhares*. Belo Horizonte: Fino Traço. 61-85.
- LAMBERT, R.; WEBSTER, E. (1988), “The re-emergence of political unionism in contemporary south africa?”, In W. Cobbet e R. Cohen (eds.), *Popular Struggles in South Africa*. Trenton: Africa World Press, 20-41.
- MOODY, K. (1997), *Workers in a lean world – unions in the international economy*, London: Verso.
- NORONHA, E. (1998), *O modelo legislado de relações de trabalho e seus espaços normativos*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OCDE (2015), “Trade Union Density”. Disponível em [http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=UN\\_DEN](http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=UN_DEN), [consultado em 05/06/2015].
- ORTIZ, I., et al. (2013), *World Protests 2006-2013*. Initiative for Policy Dialogue and Friedrich-Ebert-Stiftung New York Working Paper.
- PRIES, L.; SEELIGER, M. (2013), “Work and Employment Relations in a Globalized World: The Emerging Texture of Transnational Labour Regulation”. *Global Labour Journal*. Vol. 4, No. 1, 26-47.
- RUCKUS, R.; BARTHOLL, T.(2014), *China – Avanço do Capital e revolta na nova fábrica do mundo*, Rio de Janeiro: Editora Consequência.
- SCIPES, K.(1992), “Understanding the New Labor Movements in the 'Third World': The Emergence of Social Movement Unionism”. *Critical Sociology*, 19(2), 81-101.
- SEIDMAN, G. (1994), *Manufacturing Militance: Workers´ Movements in Brazil and South Africa, 1970-1985*, Berkeley: University of California Press.
- SILVER, B. (2005), *Forças do Trabalho*, São Paulo: Boitempo Editorial.
- STREECK, W. (2011), The crises of democratic capitalism. *New Left Review*, 71, Sept/Oct: 5-29.
- VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (2011), *Sindicalismo e democracia no Brasil: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão*, São Paulo: Annablume Editora.
- VOSS, K.; SHERMAN, R. (2000), “Breaking the iron law of oligarchy: union revitalization in the american labor movement”. *American Journal of Sociology*, 106 (2), 303-349.
- WATERMAN, P. (1993), “Social Movement Unionism: a new model for a new world order”. *Review*, 16(3), 245-278.
- WEVER, K. S. (1998), “International Labor revitalization: enlarging the playing field”. *Industrial Relations*, 37(3), July 1998, pp. 388-407.
- WORLD VALUES SURVEY (2015), “Online Data Analysis” Disponível em <http://www.worldvaluessurvey.org/wvs.jsp>, [consultado em 05/06/2015].